

**AÇÕES LINGÜÍSTICAS SIGNIFICATIVAS:
RELAÇÃO ENTRE PROPÓSITOS E PROJEÇÕES**

Prof.^a Dr.^a Sofia Inês Alborno Stein¹

I. Objetivos

A partir da análise do uso que Millikan faz das noções de representação e de ‘rastrear o domínio natural’ de um termo, pretendemos mostrar de que forma o seu naturalismo avança em relação à visão behaviorista de significado sustentada por Quine. Apesar do pano de fundo naturalista compartilhado por ambos, assim como uma perspectiva wittgensteiniana de significado, tanto a postura mais nitidamente evolucionista, quanto o uso de termos considerados por Quine de cunho mentalista, como intencionalidade e representação, afastam Millikan da análise semântica conduzida por Quine. Assim, o objetivo de nossa exposição será apresentar, a partir de aproximações iniciais, alguns traços que distinguem os contextualismos de Millikan e Quine. Utilizar-se-á para tanto não só as definições apresentadas de ‘representação intencional’ (Millikan, 1984, 2004) e ‘significado por estímulo’ (Quine, 1960, 1974), quanto exemplos de como esses autores apresentam o aprendizado e uso de expressões: como nomes, indexicais e predicados. A aproximação entre as visões contextualistas desses autores pode ser feita a partir de alguns pontos centrais: 1. o naturalismo semântico; 2. o próprio contextualismo semântico; 3. a perspectiva anti-fregeana de significado —a adesão à visão semântica do segundo Wittgenstein. Esses mesmos três pontos de aproximação permitem simultaneamente apresentar os aspectos distintivos de suas semânticas: a. a aplicação mais intensa por Millikan do evolucionismo na semântica, em sua teoria dos propósitos; b. o uso da noção de representação interna e externa por Millikan, que supera o behaviorismo quineano; c. a aparente dispensabilidade, em Millikan, de um discurso lógico-ontológico, ainda presente em Quine.

¹ Prof.^a Dr.^a Sofia Alborno Stein. siastein@me.com

IX SAPPFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
---------------------	-------------------	---------------	-----------------

Ambos, Quine e Millikan, podem ser classificados de contextualistas em um sentido forte do termo por condicionarem a significação, comunicação e compreensão de termos e frases, à experiência de situações nas quais se inserem enunciações de um mesmo termo ou frase. No entanto, a forma como cada um descreve e explica o que ocorre durante a sucessão de enunciações de uma mesma frase em situações distintas, porém que compartilham de alguma similitude, é bastante singular. Quine foca no compartilhar de situações estimulativas, que guardam aspectos de similaridade, enquanto Millikan foca na rede de propósitos naturais, entre os quais temos os propósitos cooperativos de comunicação.

II. Pragmatismo e Naturalismo na Semântica

Qual a origem da linguagem? Podemos construir, de um ponto de vista lógico, conjuntos de regras que atribuímos a sistemas lingüísticos particulares, ou podemos sustentar uma teoria semântica que afirme a possibilidade de identificação de significados e referências de expressões por parte do filósofo da linguagem, entretanto, concretamente, como faremos a identificação de significados e referências? Qual será o método utilizado? É nesse ponto que o naturalismo entra em cena com muita força. Quando está em jogo, e isso já aparece nas críticas do Ludwig Wittgenstein tardio e de John Austin à semântica logicista, a aplicação de nossas teorias semânticas à real utilização da linguagem, elas parecem não se sustentar plenamente. Um sistema de regras lingüísticas pode ser de serventia para a compreensão de parcelas de nossa linguagem já constituída, no entanto, não acompanha a real constituição das regras de uma linguagem particular.

O caminho do naturalismo traz nova luz sobre a explicação e identificação das regras lingüísticas, já que, de forma semelhante a Wittgenstein e Austin, procura descrever como de fato ocorre o fenômeno da significação. Estabelecer sistemas axiomáticos (lógicos) de relações intensionais não acompanha a temporalidade e contingência dos usos lingüísticos. Só uma naturalização da semântica pode alcançar esse objetivo. Claro, sacrifica-se, com isso, uma perspectiva determinista das relações semânticas, pois uma explicação naturalista não pode eliminar o componente temporal e as variações que podem ocorrer com os seres vivos, ou seja, tem de pressupor a limitação da explicação semântica.

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

II. a. O naturalismo behaviorista de Quine

Em *Palavra e Objeto* (2010 [1960]), Quine, inspirado pelo behaviorismo na psicologia e pelo próprio behaviorismo lógico, com certeza, afirma que a ostensão, apesar de não determinar a referência inequívoca de um termo, ainda pode ser o início da linguagem. “O aprendizado ostensivo é fundamental, e requer observacionalidade.” (1974:37), afirma Quine. As frases observacionais, consideradas por Quine o portão de entrada à linguagem, são aprendidas pelo compartilhar de circunstâncias. Em *The Roots of Reference* (RR) lemos: “Apesar de que a aprendemos [a linguagem] em larga escala aprendendo a relacionar cadeias de palavras a cadeias de palavras, em algum momento devem existir pontos de referência não-verbais, circunstâncias não-verbais que podem ser intersubjetivamente apreciadas e associadas com a enunciação apropriada imediatamente.” (RR, 1974:37). Em seu famoso e muito citado exemplo que utiliza a frase “Gavagai”, procura mostrar como, intersubjetivamente, falantes podem alcançar um acordo limitado acerca do que estão falando, acerca dos objetos sobre os quais estão falando. A estimulação à qual cada falante individualmente, na situação de fala, está submetido contribui para o acordo. Claro, o exemplo de Quine supõe uma situação radical na qual um falante domina o uso, ou as regras de uso da frase, e outro ainda não. O tradutor tenta aprender a usar a frase a partir da observação do comportamento verbal de falantes nativos em situações determinadas, que provocam certos módulos de estímulos. Em seu auxílio, o tradutor tem o conhecimento de como o falante nativo afirma ou nega, quais são suas palavras ou gestos para negação e afirmação de uma frase. “Ao experimentalmente igualar os usos de ‘Gavagai’ e ‘Coelho’, são as estimulações que temos de fazer corresponder, não animais.” (*Palavra e Objeto*, 2010 [1960]:55).

Falar em ‘igualdade de módulos de estímulos’² entre falantes leva, como discussões posteriores de Quine com seus críticos o demonstraram, a inúmeros problemas, nem todos solucionáveis. Um primeiro problema seria ter de supor a igualdade do aparato de percepção

² Pensar em igualdades de módulos de estímulos resulta em uma visão empirista ‘lógico-construtivista’ da cognição humana e da aprendizagem de frases, pois objetos não são dados de forma simples por meio da percepção, eles têm primeiramente de serem construídos a partir de ‘módulos de estímulos’, de forma similar a como no *Aufbau* (1928) de Carnap. Sensações e objetos são construídos a partir de ‘vivências globais momentâneas’, por meio da relação lógica de similaridade entre essas vivências. Essa é a base teórica da tese da inescrutabilidade da referência e da tese da relatividade ontológica em Quine.

IX SAPPFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
---------------------	-------------------	---------------	-----------------

entre os falantes, um tipo, como diz Quine, de harmonia pré-estabelecida. Um segundo problema, que estabelece as bases da tese quineana da inescrutabilidade da referência, seria a impossibilidade de saber o que cada falante está enfocando na cena, isto é, quais estimulações ele está considerando centrais, destacadas, quando enuncia uma frase como “Gavagai”. Como, na cena, temos presente, sempre da afirmação da frase, um coelho, o tradutor deduz que pode traduzir “Gavagai” por “Coelho”. Porém, ele formula, para tanto, um tipo de hipótese, uma hipótese analítica, que iguala os dois termos, ‘gavagai’ e ‘coelho’. Um terceiro problema seria determinar a duração dos estímulos que levam um falantes a concordar com a enunciação de uma frase. Este tem relação com o segundo, já que também está vinculado à questão de exatamente quais seriam os estímulos que levam uma pessoa a enunciar ou a concordar com a enunciação de uma frase. Um quarto problema importante seria saber se não há a intrusão de informações colaterais na afirmação ou negação de uma frase por um falante. Ou seja, como poderíamos saber que uma frase é estritamente observacional? Como sei que o falante não está supondo, por exemplo, que sempre que uma determinada mosca é avistada, coelhos serão imediatamente avistados, de forma a assentir a “Gavagai” também em situações na quais não é avistado um coelho?

De qualquer forma, o início da linguagem, para Quine, está condicionado ao compartilhar de situações estimulativas. Nisso fica sintetizado o seu empirismo. Em artigos posteriores, dos anos 1970, Quine acrescenta ao seu behaviorismo algumas idéias, incipientes, de evolucionismo. A similaridade perceptual entre falantes, a tendência a ver as mesmas ‘saliências’ em uma cena presenciada, é conseqüência da evolução, da seleção natural. Também nossa capacidade de induzir a partir de observações singulares, o que nos capacita a conceituar o que percebemos, ou seja, usar conceitos gerais para eventos similares, é fruto da evolução, e facilita a comunicação e o aprendizado lingüístico. “Não importa”, diz Quine, “que sensações sejam privadas, e não importa que homens possam assumir perspectivas radicalmente diferentes em relação à situação que os envolve; a *frase* observacional serve muito bem para destacar sobre o que os observadores podem concordar.” (RR, 1974:39). Exemplos muito usados por Quine são “Isto é vermelho”, ou “Está chovendo” ou “Isto é um coelho”.

Um ponto importante a destacar é de que Quine, apesar de empirista e behaviorista, continua focando na linguagem. É a linguagem que permite a elaboração de teorias científicas, o

IX SAPPFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
---------------------	-------------------	---------------	-----------------

ponto fundamental para o qual converge a aquisição da linguagem e o conhecimento veiculado por ela. Neste sentido, Quine ainda é um filósofo da ciência, herdeiro do empirismo lógico. Por isso, as frases observacionais não são apenas a base consensual inicial para o aprendizado lingüístico, são também o que permite haver uma relação evidencial entre a ciência e observações que a suportam. “Elas são o solo comum no qual se encontrar quando há desacordo. Logo, seu papel básico no suporte de uma teoria.” (RR, 1974:37), diz Quine.

II.b. A biosemântica de Ruth Millikan³

O naturalismo de Millikan se apresenta sintetizado na afirmação de que a descrição biológica da evolução humana e da comunicação humana é um aspecto essencial para explicar a semântica. A perspectiva de Millikan se afasta tanto de uma perspectiva anti-naturalista que pensa intenções e intensões sem recurso a descrições empíricas (puramente *a priori*), como de perspectivas que pensam intenções e intensões desde um ponto de vista naturalista, porém enfatizando a investigação da mente humana e dos fenômenos semânticos na mente humana. Millikan, dessa forma, se aproxima em parte do naturalismo de Quine. Em parte, porque sua investigação não exclui qualquer investigação da mente humana, apenas nega que essa investigação possa trazer esclarecimentos imediatos acerca do fenômeno semântico, possa identificar ‘aquilo que há em comum na compreensão de expressões lingüísticas, significados e referências’. Assume uma posição naturalista-biologicista, para a qual os propósitos intencionais são parte de uma rede maior de propósitos naturais. Da mesma forma, as regras de uso de expressões lingüísticas seriam, segundo Millikan, presentes na linguagem como utilizada socialmente, sem serem regras necessárias do uso de expressões ou leis que prescrevem comportamentos. São regras convencionais resultantes do propósito biológico da comunicação.

Ruth Millikan, em “Cutting Philosophy of Language down to size” (2005), retoma problemas fundamentais da filosofia da linguagem, como o binômio significado e referência, e faz a distinção, dentro da tradição da chamada ‘análise conceitual’, entre duas pressuposições: a pressuposição da semente e a pressuposição do um-a-um. A ‘pressuposição da semente’ afirma

³ Parágrafos desta seção constam no artigo “Os Propósitos da Linguagem: a naturalização da semântica”. In REGNER, A.C.; SILVA, C.C.; MARTINS, R. de A. *Filosofia e História da Ciência do Cone Sul*. Seleção de trabalhos do 7º encontro. AFHIC, 2012.

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

que a natureza intencional do ato de referir tem sua fonte na mente. A semente da referência está na mente. A segunda pressuposição, do um-a-um, sustenta que um termo unívoco em uma linguagem pública está associado a um estado psicológico comum a todos os usuários competentes da língua. A base dessa pressuposição podemos encontrar em Gottlob Frege. As duas pressuposições estão relacionadas, pois é ‘na semente da referência’, na mente, que encontramos o motivo do sucesso do referir, aquilo que todos os usuários competentes de uma língua compartilham quando utilizam uma palavra ou frase: o *Sinn*, apreendido por aqueles que compreendem as expressões.

O primeiro importante livro de Millikan sobre a linguagem é *Language, Thought, and other Biological Categories: new foundations for realism*, de 1984. Neste, Millikan propõe um vocabulário extremamente original para uma teoria do significado lingüístico. Da mesma forma que Quine inova com o termo, entre outros, ‘significado por estímulo’ (*stimulus-meaning*), para redefinir o que seria o significado, como antes o havia feito Wittgenstein com o termo ‘regras de uso’ de termos e frases, Millikan elabora uma ‘nova linguagem’ para falar da linguagem. Sua referência é a biologia, mais especificamente a biologia evolucionista. Por isso, o foco está na linguagem enquanto um instrumento para cumprir funções biológicas, que permitiram e permitem a sobrevivência. A linguagem segue propósitos naturais. Simultaneamente também mantém um vocabulário da filosofia da linguagem: a linguagem é intencional, crenças estão envolvidas no jogo lingüístico, temos certas estruturas lingüísticas sintáticas e lógicas que sabemos que são utilizadas com certos fins, como o indicativo ou o imperativo, a linguagem é uma representação externa que suscita representações internas.

No entanto, por exemplo, quando utiliza o termo ‘sentido’, seu uso é pensado para expressar algo muito diferente daquilo expresso em sua origem fregeana. O sentido de um elemento lingüístico, diz Millikan, é, sucintamente, sua *regra normal de projeção* (*Normal mapping rule*) (1984:111). Logo, em 1984, Millikan ainda não se afasta completamente de Frege como em escritos posteriores, pois mantém a expressão ‘sentido’ e a contrapõe a expressões como ‘significado por estímulo’ de Quine. Primeiramente, Millikan inclui o significado por estímulo quineano entre aquilo que pode ser chamado de intensão, se entendermos que tanto o significado por estímulo quineano quanto as intensões são ‘critérios de aplicação de termos’ (1984:127). Millikan elabora um exemplo para mostrar a contraposição entre o significado por

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

estímulo, outras intensões, e o sentido. ‘Hubots’ são uma espécie de organismo que evolui. Primeiramente, esses organismos estão programados geneticamente a elaborar frases em uma ‘linguagem interna’ ou em um ‘sistema representacional’ em resposta a padrões de estimulação sensorial e também programados a usar essas frases de maneiras pré-determinadas. Entretanto, esses seres não são capazes de formar novos conceitos. As frases internas deles são ‘símbolos indicativos intencionais’ com sintaxe própria. Essas frases têm funções e foram moldadas ao longo de um processo evolutivo. Elas servem para ‘adaptar’ os mecanismos internos do organismo, que as interpretam, a determinadas condições no mundo. O que elas fazem, ao fim e ao cabo, é mapear certos tipos de eventos no mundo de acordo com *regras definidas de projeção* (1984:128). Essa é, como a própria Millikan afirma, uma visão correspondentista da linguagem. Hubots também traduzem linguagem externa, pública, e compreendem o que lhes é dito por outros Hubots, traduzindo o que lhes é dito para sua linguagem interna.

É importante para Millikan que o sentido dos termos que esses organismos usam não corresponde aos significados por estímulos. De acordo com Millikan, se imaginássemos um outro organismo com um aparato sensorial muito diferente do dos Hubots, chamados de Rubots (com ‘r’), mesmo que as estimulações sensoriais fossem muito desiguais entre eles, ambos organismos poderiam compreender o sentido de certas frases, o ‘genuíno valor’ delas, pois este sentido seria apenas o conjunto de regras pelas quais se projeta um termo no mundo para que os dispositivos de interpretação funcionem normalmente. Assim, o que importa é que ambos organismos saibam o que lhes é dito quando um deles diz “Está chovendo”. Porém seus sistemas internos de produção de frases seria diferente.

Agora, humanos, segundo Millikan, pensam por meio de símbolos internos intencionais e por meio de operações que são feitas com eles. Crenças correspondem a algo fisiológico que tem funções biológicas a exercer (estruturas neurais, etc.). Esses dispositivos biológicos contribuem para a proliferação ou sobrevivência da espécie que acredita (1984:138). Novamente, esta função das crenças só pode ser exercida se as crenças são projetadas sobre algo outro de acordo com determinadas regras. Entretanto, humanos não herdam frases internas, eles têm, cada qual, que desenvolver seu programa de formação de frases, provavelmente por tentativa e erro, de acordo com o uso de termos na linguagem pública a qual compartilham. O sentido partilhado em comunidade é, segundo Millikan, aquilo que prende um termo ao seu referente (1984:141). Logo,

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

crenças são símbolos internos intencionais com regras normais de projeção, sentido (ou significado). São essas regras normais de projeção que estabelecem relação com condições no mundo externo e permitem a sobrevivência em sentido amplo, individual e/ou da espécie.

Em seu artigo “Biosemantics” de 1989, Millikan enfatiza a idéia de representação para explicar, de um ponto de vista teleológico a comunicação. Ela concorda com muitos autores, entre eles Dretzke, de que uma visão teleológica é necessária para desenvolver uma teoria das funções e do conteúdo da linguagem. Representações têm a função biológica de representar o mundo. Millikan, em oposição a Dretzke, afirma que o mais importante na comunicação, ou na veiculação de informação, é que um sistema natural consiga, além de, por ser esta sua função, fazer com que uma representação que produz (externa, linguagem simbólica) corresponda por meio de regras ao mundo, também fazer com que o consumidor represente tal relação com o mundo. Essa é a regra da correspondência. Além disso, é central para uma representação, por exemplo, de que “Porto Alegre fica à beira do Guaíba”, para que exerça sua função apropriada de representação, que Porto Alegre realmente fique à beira do Guaíba. Logo, conclui Millikan, a representação externa, com estrutura de sujeito-predicado, projetada ao mundo por meio de mecanismos internos cerebrais, foi a solução encontrada pela natureza para adaptar nosso sistema cognitivo às nossas necessidades de sobrevivência.

Um diferencial da linguagem humana é sua articulação, a forma da representação externa, que permite a comunicação de informações:

...ocorre das representações da linguagem pública dos homens, e, certamente, também das crenças, desejos, e intenções, poderem diferir bastante radicalmente de representações internas e externas mais primitivas que têm as mesmas condições de satisfação, representações que ou são usadas por humanos abaixo do nível da crença explícita, desejo, ou intenção, ou usadas por outras espécies. (Millikan, 2004:93).

A linguagem humana, pois, seria um tipo de representação com uma articulação mais complexa que outras formas de representação, que seguem propósitos, muitas vezes, similares. A forma, por exemplo, com a qual orientamos alguém como chegar a uma floricultura, pode ter as mesmas condições de satisfação —de que tal pessoa encontre a floricultura no local indicado—

IX SAPPFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
---------------------	-------------------	---------------	-----------------

de um sinal natural intencional de um animal orientando outro a encontrar flores com pólen, porém a forma da representação primitiva é tem uma estrutura diferente.

Em *Varieties of Meaning* (2004), Millikan utiliza-se, além das noções de intencionalidade e representação, a expressão ‘rastrear o domínio natural’. Compreender um sinal convencional significa rastrear seu domínio natural, isto é, ‘determinar de qual família reprodutiva ele foi copiado’. O que isto quer dizer? Por exemplo, a capacidade geral de rastrear a presença de um gato pode transformar-se na capacidade específica de rastrear Phoebe (a gata de um vizinho) se nos restringirmos a um certo domínio. O que fazemos ao rastrear o que as palavras representam é rastrear o contexto: observar quem está falando, com o que o falante está familiarizado, de onde o falante veio, qual é o domínio no qual se insere o falante, para onde está olhando, etc. (2004:134). Ou seja, rastreamos a perspectiva do falante, perspectiva a partir da qual ele nos fala, a partir da qual ele desenha figuras verbalmente para nós: representa algo para nós. Isto, somado ao aspecto já convencional dos sinais que usa, permite a compreensão do que é dito.

Em relação ao contextualismo de Millikan, vale acrescentar o exemplo dos demonstrativos. Quando se aponta com uma seta para o desenho de quadrado em um quadro-negro e se diz “Isto é uma figura plana fechada”, Millikan afirma que não só a frase enunciada e a seta desenhada fazem parte do sinal convencional, mas também a própria coisa, o próprio quadrado (2004:147). Não só palavras, formas sintáticas, etc., podem ser partes de um sinal convencional. Muitas vezes a situação em um contexto é um elemento reproduzido também e é também um aspecto do sinal (2004:148). Por isso, Millikan afirmará que “a palavra ‘isto’ assegura um lugar para o quadrado no estado de coisas representado exatamente como x no mapa assegura um lugar para um albergue” (2004:149). O demonstrativo é um assegurador de lugar gramatical. Logo, os demonstrativos, assim como os indexicais em geral, têm a função semântica de mostrar quais objetos do contexto devem ser incluídos nas projeções de sinais convencionais. Frases convencionais que incluem esses símbolos são chamadas por Millikan de sinais amplos, pois dependem de objetos presentes no contexto para representar.

III. Comentários Finais

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

Quine e Millikan focam na origem da linguagem, em sua constituição, em como é elaborada. Millikan enfatiza a função biológica da comunicação, enquanto Quine prioriza a origem do significado em frases observacionais. Quine e Millikan utilizam-se, respectivamente, do behaviorismo e do evolucionismo para explicarem em que consiste o significado e como se estabelece a comunicação. Para Quine, o critério de significado deve ser algo observável. Para Millikan deve ser algo cientificamente comprovado, logo, também, em um sentido amplo, observável.

Porém, o behaviorismo de Quine o impede de admitir um discurso sobre representações, internas ou externas, assim como evita falar em crenças e intenções, por considerar sua identificação problemática. Seu empirismo mantém a confiança em experiências que podem ser consideradas subjetivas, desde que sejam de alguma forma compartilháveis por terem seu substrato em uma natureza comum a todos seres humanos.

Millikan utiliza um discurso não-empirista e realista. Não há problema de acesso a objetos. Não há problema com que falemos de conceitos e representações, pois esses podem ser compreendidos como parte de um mecanismo cerebral, como funções mentais que estabelecem relação intencional com o mundo e seus objetos. Basta admitirmos que todos estamos juntos em uma deriva evolutiva que estabelece uma rede de propósitos, entre os quais encontramos o propósito de comunicar, de fazer-se compreender, e de, com isso, ou alcançar a concretização de intenções, ou explicar as razões para as próprias ações. Isso nos une e nos dá os critérios da objetividade.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words* [1962]. Oxford; New York: Oxford University Press, 1975.

CARNAP, R. 1966 [1928]. *Der logische Aufbau der Welt*. Hamburg, Felix Meiner Verlag, 290 p.

DRETSKE, Fred. *Knowledge and the Flow of Information* [1981]. Stanford: CSLI Publications, 1999.

DRETSKE, Fred. *Explaining Behavior: reasons in a world of causes*. Cambridge; London: The MIT Press, 1988.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2ª ed. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1978.

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------

MILLIKAN, Ruth Garrett. *Language, Thought, and other Biological Categories: new foundations for realism*. Cambridge; London: The MIT Press, 1984.

MILLIKAN, Ruth G.. Biosemantics. Pp. 83-102, *in*: MILLIKAN, R. G. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge; London: The MIT Press, 1993.

MILLIKAN, Ruth Garrett. *Varieties of Meaning: The 2002 Jean Nicod Lectures*. Cambridge: MIT Press, 2004.

MILLIKAN, Ruth Garrett. Cutting Philosophy of Language Down to Size. Pp. 121-39, *in*: *Language: A Biological Model*. Oxford: Clarendon Press, 2005.

QUINE, W.V.O. *The Roots of Reference*. La Salle: Open Court, 1974. 151 p.

QUINE, W. V. O. *Palavra e Objeto* [1960]. Tradução: Sofia I. A. Stein; Desidério Murcho. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

WITTGENSTEIN, L. Philosophische Untersuchungen [1953]. *In*: WITTGENSTEIN, L. *Werkausgabe. Band I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.

IX SAPPGFIL PUCRS	ISSN 2237-2539	Junho 2012	Porto Alegre
----------------------	-------------------	---------------	-----------------